

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: O QUE DIZEM OS INDICADORES?

Lourena Maria de Aquino Nogueira
Josanilda Mafra Rocha
Lenina Lopes Soares Silva

RESUMO

A história da Educação Profissional para as pessoas com deficiência, no Brasil, tem o início do século XXI como um grande marco. Em sua gênese não há referência a movimentos sociais, contudo, não podemos deixar de percebê-la inserida nas lutas sociais do século XX com a finalidade de conquistar um espaço de reconhecimento para essas pessoas que desejavam se inserir no mundo do trabalho, podendo assim, de forma emancipada produzir suas existências. Objetivamos, neste trabalho, apresentar e refletir sobre os indicadores de inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional. A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica por se

fundamentar em estudos já realizados sobre o tema e documental por buscar indicadores em espaços oficiais que de forma sistemática os apresentam em domínio público. Os resultados indicam que estavam inseridos na educação profissional no ano de 2007, 465 pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas em cursos de Educação Profissional de nível médio. Percebe-se que esse número vem aumentando constantemente nos últimos anos, de forma que em 2014 o índice de pessoas com deficiência, matriculadas, saltou para 4366, principalmente na rede pública e nas modalidades integrada e subsequente.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas com deficiência, Educação Profissional, Indicadores Educacionais..

ABSTRACT

The history of professional education for people with disabilities in Brazil is beginning in the 21st century as a major milestone. In its genesis there is no reference to social movements, however, we can not fail to perceive them inserted in the social struggles with the purpose of conquering a space of recognition for those people who wanted to enter the world of work, and thus, in an emancipated way Produce their stocks. We aim, in this work, to present and reflect on the indicators of inclusion of people with disabilities in professional education. The methodology used is of a bibliographic nature because it is based on studies already done on

the subject and documentary for searching for indicators in official spaces that systematically present them in the public domain. The results indicate that they were inserted in the year of 2007, 465 people whit disabilities, developmental disorders and righ skills or giftedness, enrolled, in professional secondary education courses. It is noticed that this number has been increasing constantly in the last years, so that in 2014 the index of disabled people, registred, jumped to 4366, mainly in the public network and in the integrated and subsequent modalities.

KEYWORDS: Use until five (05) keywords by separating them with commas.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito político e social existe um débito do Estado e da sociedade de uma forma geral, referente ao atendimento e a inclusão das pessoas com deficiência no que concerne aos aspectos da vida social, política e econômica: seja por deficiência, altas habilidades e falta de condições sociais de existência. (JANNUZZI, 2012)

Desse modo, é salutar compreender que as pessoas com deficiência, desde o início das primeiras organizações sociais eram discriminadas, segregadas e confinadas em instituições. Assim vemos que as ações e políticas inicialmente desenvolvidas para esses sujeitos que necessitavam de Educação Especial e de Educação Profissional apresentavam caráter assistencialista e visavam à proteção da sociedade do contato social com as pessoas com deficiências e as crianças das classes sociais mais pobres ou órfãs. (JANNUZZI, 2012).

O século XX trouxe à luta pelas pessoas com deficiência os movimentos sociais e com eles alguns esclarecimentos que provocaram quebra de paradigmas até então enalacrados como verdades absolutas, pautados em preconceitos e pouca compreensão do que seja a pessoa com deficiências e suas capacidades.

O século XXI se inicia trazendo muitas conquistas para as pessoas com deficiência, tendo em vista o acúmulo de regulamentações e políticas que foram criadas para atender as suas necessidades e anseios. Essas conquistas geraram os espaços socialmente conquistados pelo referido seguimento ao longo dos anos por meio do reconhecimento dos direitos e garantias das pessoas com deficiência.

No Brasil, essas conquistas começam a ser melhor visualizadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que contempla artigos que tratam das pessoas com deficiência, e da necessidade de adequação dos espaços físicos e mudança de concepções acerca das pessoas com deficiência, reconhecendo que esses sujeitos não se resumem a uma limitação, mas são indivíduos com múltiplas capacidades e singularidades, capazes de se desenvolver e desenvolver o meio em que atuam, basta dar-lhes oportunidades.

A partir de então, são aprovadas leis, portarias e normatizações com vistas a promover a inclusão das pessoas com deficiência nas mais diversas instâncias da sociedade. Corroborando esse posicionamento e trazendo mais elementos que reafirmam os direitos e garantias sociais das pessoas com deficiência no ano de 2015, mais precisamente no dia 06 de julho de 2015 é sancionada a Lei nº 13.146/15, denominada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Composta por 127 artigos, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) , entrou em vigor em Janeiro de 2016, marcando o início de um novo olhar sobre 45 milhões de brasileiros que possuem alguma deficiência, tendo em vista a afirmação de autonomia e de capacidade para esses cidadãos

exercerem atos da vida civil, em condições de igualdade com as demais pessoas, incluindo-se nessas o direito de produção de sua própria existência por meio do trabalho.

Contudo, é necessário analisar como esses direitos e essas garantias estão se materializando no dia a dia das pessoas com deficiência? De que forma essa inclusão vem sendo acessada pelas pessoas com deficiência pela via das políticas públicas? O que dizem os indicadores sobre a pessoa com deficiência?

Nesta perspectiva, esse trabalho foi fruto de uma pesquisa que buscou analisar a inclusão das pessoas com deficiência junto à política de Educação Profissional em estudos bibliográficos e através de indicadores sociais, objetivando, assim, apresentá-los através de reflexões sobre os indicadores de inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente trabalho a concepção de política inclusiva é entendida como as estratégias voltadas para a universalização de direitos civis, políticos e sociais que demandam a presença interventora do Estado, por aproximar valores formais, proclamados nos aspectos jurídicos com os valores reais existentes em situações de desigualdade socioexistencial. Entendemos que o Estado demonstra suas ações por meio de políticas públicas.

Assim sendo, essas políticas devem estar voltadas para o indivíduo de forma socializadora, sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos perante a lei. Assim, as políticas públicas inclusivas devem estar pautadas nos conceitos de igualdade e de universalização. Essas devem buscar a redução das desigualdades sociais para todos os cidadãos indistintamente (CURY, 2005). É nisso que reside o caráter social e inclusivo que desejamos imprimir neste trabalho.

Nesta perspectiva, a educação profissional deve estar pautada numa educação que se norteia pelos princípios defendidos na escola unitária gramsciana, através da qual, a escola do trabalhador é vista como espaço da formação humana integral. Nessa concepção é preciso entender que implica uma relação dialética, materialista e histórica dos conhecimentos vistos na sua totalidade e na sua especificidade. Sendo assim,

Essa perspectiva de Educação Profissional; busca superar a dualidade histórica entre formação geral e formação profissional, tendo o currículo, nessa concepção de educação e de escola, tem como eixo estruturante a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, baseando-se no trabalho como princípio educativo; entendendo-o no sentido ontológico, como constitutivo e constituinte do sujeito, o que indica que ele não se reduz à produção de sua existência material, mas possibilita a produção de cultura (MACHADO, 2013, p.43).

Nesse sentido, a educação profissional deve assumir um posicionamento para além da formação para o mero exercício do trabalho. Essa deve se pautar por um direcionamento que tenha a primazia na formação dos sujeitos enquanto seres sociais, dotados de necessidades e habilidades biológicas, físicas, sociais, psicológicas, entre outras, que não podem ser renunciadas pela lógica

financeira e mercantil que adentra nas esferas das sociedades capitalistas. Entre elas a esfera da educação, através da defesa de uma educação que forma para o trabalho como construto da essência humana em cujos processos formativos. Dessa maneira, a educação profissional objetiva contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos sujeitos como seres pensantes e que interferem no meio em que vivem. Nesse contexto, a inserção das pessoas com alguma deficiência é algo que traz em sua imersão a humanidade de cada um e de todos como premissa da vida humana em sua plena vitalidade para a produção da dignidade no processo de formação humana integral.

Nessa perspectiva de formação e objetivando atender aos discentes que possuem alguma deficiência, e também acatando aos preceitos legais nacionais e às orientações internacionais, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) no ano de 2000, implantou a prática da Educação Inclusiva introduzida e materializada pela via do TECNEP -Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas, como política educacional inclusiva.

O TEC NEP como política inclusiva inaugura um novo olhar e uma nova forma de desenvolvimento para a educação profissional, pautando-a em três concepções balisares:

1. A educação profissional enquanto necessidade para o desenvolvimento do país – compreendendo a educação profissional como preparação para o trabalho e inserção produtiva no meio social;
2. A promessa de igualdade de oportunidades como fator de desenvolvimento da cidadania – defendendo a inclusão no sentido de se promover transformação dos processos educativos e inserção produtiva numa perspectiva de redimensionamento do contexto social;
3. A educação profissional e inserção no mercado de trabalho como efetivação de direitos – baseado numa compilação de documentos e legislações que davam respaldo a ideia de educação profissional e inserção produtiva como um direito das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais (GARCIA, 2001, p. 7).

Sob esta concepção, a educação profissional deveria contribuir para o desenvolvimento do país, o que pressupõe a inserção produtiva dos seus cidadãos no meio social; bem como processos educativos inclusivos que permitam a inserção produtiva das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais e entre essas as pessoas com alguma deficiência.

Nesses moldes, de apresentação há uma clara exposição de que as pessoas com deficiência possuem direitos constitucionais à inserção e participação nas atividades desenvolvidas pelas políticas de educação profissional. Estas políticas devem lançar as bases para a oferta de insumos e mecanismos de adaptação que forneçam o suporte necessário às limitações apresentadas pelas pessoas com deficiência.

Contudo, diante das disparidades vivenciadas pelas políticas brasileiras que apresentam uma dicotomia entre as leis que as normatizam e as realidades de suas implementações, o presente trabalho tomou por base os estudos realizados junto aos indicadores sociais, tendo em vista concebê-los como termômetros sociais que permitem uma elucidação das reais situações vivenciadas pelas políticas públicas executadas pelo Estado brasileiro.

3 METODOLOGIA

Este artigo foi proveniente de uma investigação que se constituiu por meio da pesquisa bibliográfica e documental, ambas de natureza qualitativa e exploratória, mesmo utilizando indicadores quantitativos. A pesquisa exploratória é adequada para este trabalho por ser bastante específica no que concorda com outras fontes que darão base ao objeto de estudo abordado, como é o caso da pesquisa bibliográfica. A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas por alguma forma, quer publicada, quer gravada (LAKATOS; MARCONI, 2010). Todavia, aqui fizemos escolhas e opções necessárias ao que tamanho da exposição da temática.

Desse modo, compreendemos o estado atual do objeto de estudo e reconhecemos que a pesquisa bibliográfica contribuiu para a parte teórica da pesquisa em questão. Embasamo-nos principalmente em autores que tem como objeto de estudo e discussão, Pessoas com Deficiência e Educação profissional, para argumentarmos com os Indicadores Educacionais selecionados para a exposição.

Para viabilizar o propósito da pesquisa foi realizado um estudo documental, contando com estudos e análises dos principais documentos que norteiam a construção da proposta: Levantamento de dados estatísticos do Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Decreto Nº 2.208/97, Decreto nº 5.154/04, Decreto nº 6.302 (instituído o Programa Brasil Profissionalizado), Decreto Nº 6.094 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação), Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 (Define Diretrizes Nacionais para a Educação Especial e Educação Básica), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/94), entre outros.

4 A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: O QUE DIZEM OS INDICADORES?

De acordo com os dados coletados com a pesquisa feita no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, foi possível perceber que as políticas educacionais brasileiras para a inclusão da pessoa com deficiência, na educação básica, ainda têm muitos desafios a enfrentar. Dados revelam que o número de estudantes com necessidades especiais matriculados na educação básica atualmente é considerado muito baixo. Enquanto a população com deficiência, em idade escolar de 0 a 17 anos, é de 2.850.60431, em 2006, por exemplo, havia apenas 700.624 matrículas de alunos com necessidades educacionais.

O percurso histórico das políticas públicas educacionais no Brasil direcionadas para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, intensifica ainda mais os desafios a serem superados pelas Metas estabelecidas, pelos Planos Nacionais de Educação. Temos nesse contexto, indivíduos que foram excluídos do sistema educacional ou encaminhados para escolas e classes especiais. De 2007 a 2016, houve um aumento de 35,2 pontos percentuais na proporção de matrículas em classes comuns, atingindo a marca de 82%. Já as matrículas em escolas exclusivas diminuíram em 26 pontos percentuais, sendo de 15,4% em 2016. Por sua vez, a porcentagem de matrículas em classes especiais apresentou a menor taxa, com 2,6% em 2016.

Etapa/modalidade	Escolas comuns	Escolas e classes especiais	Total
Educação infantil	39.367	23.750	63.117
Ensino fundamental	437.132	131.836	568.968
Ensino médio	33.138	1.140	34.278
EJA	47.425	36.359	83.784
Educação profissional	1.361	797	2.158
Total	558.423	193.882	752.305

Fonte: MEC/Inep.

Tabela 1: Matrículas na educação especial, por etapa/modalidade da Educação Básica

O Censo da Educação Básica de 2011, na Tabela 1, revela que a inclusão entre os anos de 1998 e 2010 aumentou de 13% para 68,9%, enquanto o atendimento em escolas especializadas apresentou uma queda de 87% para 31,1%. As escolas inclusivas são predominantemente públicas e o atendimento em escolas ou classes exclusivas/especiais é feito, em sua maioria, por instituições privadas.

Com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva criada pelo Ministério da Educação em 2008, ficou estabelecido que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, segmentos que compõem o público alvo da Educação Especial, tinham o direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no período inverso ao da escolarização. Todavia, é preciso informar que esse direito já estava garantido na LDB de 1996.

Como resultado da implantação da referida política, entre 2007 e 2014, as matrículas desses estudantes em escolas regulares subiram de 306.136 para 698.768 (aumento de 118%). Em 2014, 78,8% desses estudantes matriculados na Educação Básica estavam estudando em salas comuns, sinalizando um rompimento com o histórico de exclusão. Assim, analisaremos como estão dispostos

nos Planos Nacionais de Educação (2001-2011; 2014-2024) as metas e os objetivos/estratégias para este segmento, o número de matrículas apresentados em articulação com a Educação Profissional.

De acordo com os dados levantados, nos últimos 12 anos no Brasil, o número de matrículas de pessoas com deficiência em escolas regulares cresceu mais de 400%, passando de 145 mil em 2003 para 698 mil em 2014. Somente no último quinquênio, foram registradas mais 214 mil entradas de estudantes especiais em classes comuns. Um dos desafios propostos pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em sua Meta 11, estabelece que as matrículas de Educação Profissional Técnica tripliquem até 2024, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Dados revelam ainda, que no ano de 2015 o número de matrículas nessa etapa do ensino era de aproximadamente 1,79 milhão. No período de 2010 a 2014, houve um aumento de pouco mais de 500 mil matrículas, revelando um ritmo favorável ao cumprimento da meta em 2024. Ainda que esses números sejam animadores, é preciso que o ritmo de crescimento seja maior para que a meta prevista no PNE seja alcançada. Estima-se que ao fim do PNE, o número de matrículas devem chegar a exatamente 5.224.584 milhões.

Os indicadores a seguir trazem uma relação das matrículas pelas formas de articulação com o Ensino Médio, podendo ser subsequente, concomitante, integrada ou Normal. Na Educação Profissional, das matrículas atuais, 57,3% eram na forma subsequente ao Ensino Médio, enquanto que as formas integrada ou concomitante representavam parcelas de, respectivamente, 21,9% e 15,6% do total. Os 5,3% restantes correspondem à modalidade Normal. Conforme tabela abaixo:

	Total Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Concomitante	309.976	14.825	28.918	195.306	45.250	25.677
Subsequente	792.685	47.550	116.028	459.055	133.991	36.061
Integrada	338.390	21.973	145.198	90.831	60.329	20.059
TOTAL	1.441.051					

Tabela 2: Matrículas por região e formas de articulação com o ensino médio- 2013

No que tange as matrículas na Educação Profissional em 2015, estavam distribuídas de forma equilibrada entre as redes pública totalizando 52,9% e na rede privada de ensino 47,1%. Vale ressaltar que a queda no total de matrículas na Educação Profissional de nível médio foi consequência da retração na rede privada, sendo que na rede pública houve uma expansão de mais de 60 mil matrículas, enquanto a rede privada apresentou queda de quase 120 mil matrículas.

	2011			2012			2013		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Brasil	1.250.900	669.761	581.139	1.362.200	729.750	632.450	1.441.051	749.675	691.376
Norte	64.893	44.161	20.732	77.786	51.382	26.404	84.348	49.163	35.185
Nordeste	232.496	172.802	59.694	271.660	196.719	74.941	290.144	208.864	81.280
Sudeste	664.570	281.232	383.338	708.120	300.081	408.039	745.192	309.840	435.352
Sul	228.397	138.124	90.273	233.081	143.691	89.390	239.570	140.472	99.098
Centro-Oeste	60.544	33.442	27.102	71.553	37.877	33.676	81.797	41.336	40.461

Fonte: MEC/Inep/DEED – Sinopse Estatística da Educação Básica.

Tabela 3: Matrículas nas redes pública e privada - Brasil - 2011-2013

De acordo com a Tabela 3, a análise da distribuição regional das matrículas chama a atenção, no entanto, o fato de o total de matrículas na região Nordeste, a segunda mais populosa do País, ser muito semelhante ao registrado na região Sul.

Apesar do aumento de matrículas na Educação Profissional registrado nos últimos anos, as pessoas com necessidades especiais tem muita dificuldade de inserção social. As rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias e os novos perfis profissionais, que valorizam muito mais a criatividade e a capacidade de relacionar conhecimentos de forma interdisciplinar, na busca pela resolução de problemas, ainda são características pouco valorizadas nos cursos de formação profissional. Priorizar este grupo social na oferta de Educação Profissional ajudaria em sua inclusão na sociedade, dando maior autonomia e dignidade aos cidadãos, o número de estudantes com necessidades especiais matriculados na educação básica é muito baixo. Enquanto a população com deficiência, em idade escolar de 0 a 17 anos, é de 2.850.60431, em 2006, por exemplo, apenas 700.624 matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais foram registradas na educação básica pelo Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC).

Os números da educação profissional apontam para a manutenção de sua expansão, com crescimento de 7,4%, ultrapassando 900 mil matrículas em 2010. Nos últimos 8 anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 114% no período.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) apresenta em sua estrutura para cada nível e modalidade de ensino o diagnóstico, as diretrizes, os objetivos e metas. O capítulo dedicado à Educação Básica para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, estabelece em sua Meta 4 a universalização do acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos. Na meta 11, estabelece a expansão da oferta de Educação Profissional técnica de nível médio para esse mesmo segmento.

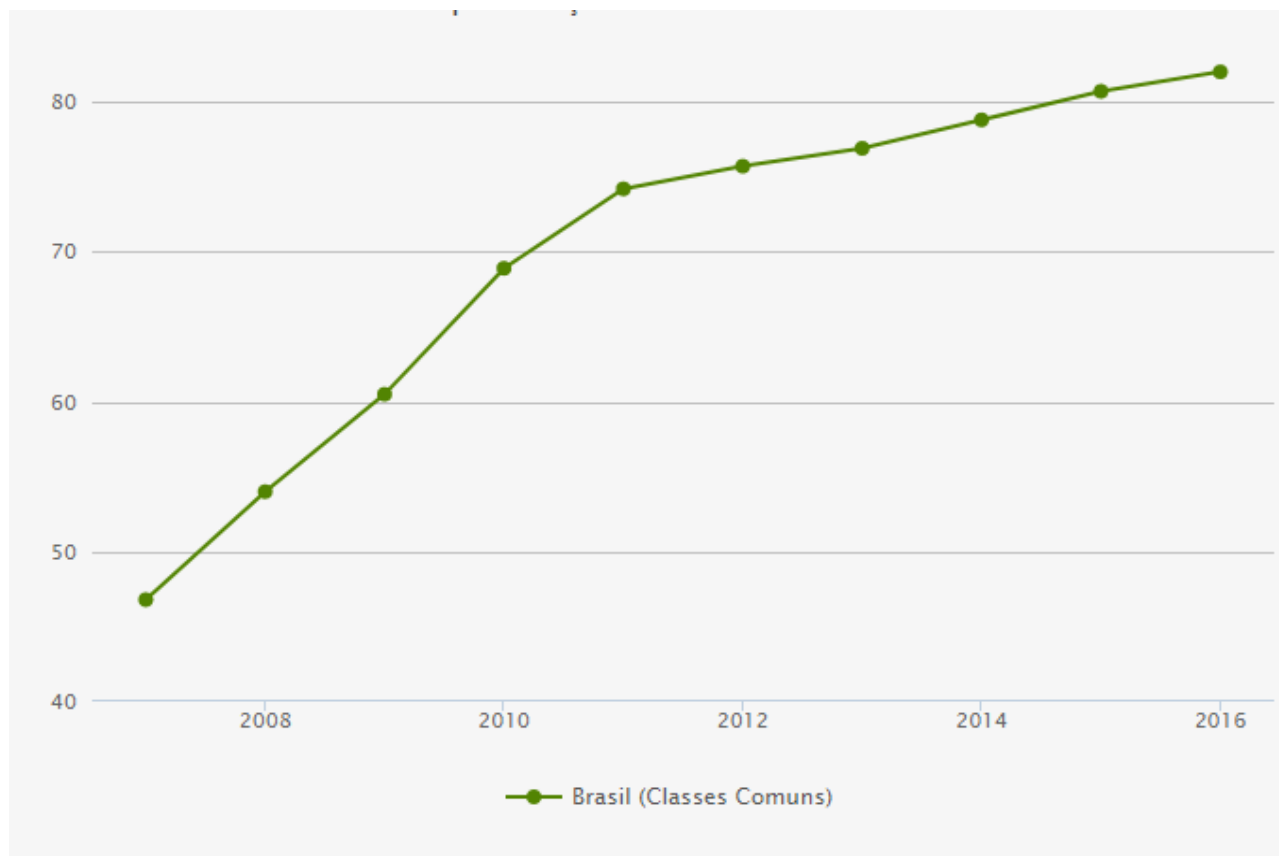
O indicador a seguir mostra na Tabela 4, os dez cursos com maior número de matrículas na Educação Profissional de nível médio - Rede Federal de ensino.

Curso	Matrícula	%
Total Geral da rede	228.417	100,0
Total dos dez maiores cursos	136.628	59,8
Informática	29.622	13,0
Agropecuária	23.354	10,2
Edificações	18.266	8,0
Eletrotécnica	14.733	6,5
Mecânica	11.930	5,2
Química	8.532	3,7
Administração	8.440	3,7
Segurança do Trabalho	7.749	3,4
Meio Ambiente	7.199	3,2
Eletrônica	6.803	3,0

Tabela 4: Dez cursos de Educação Profissional com Maior Número de Matrículas na Rede Federal- Brasil - 2013

Os dados destacam os dez cursos da educação profissional com maior número de alunos para a rede pública e federal. Nas escolas federais, destacam-se os cursos de Informática e Agropecuária, escolhidos por 13% e 10,2% dos alunos, respectivamente.

Figura 1: Matrículas na Educação Profissional de nível médio das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.



Elaboração: Todos Pela Educação

Fonte: MEC/Inep/DEED/Censo Escolar

A figura 1, revela a Porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em classes comuns. Ao longo dos últimos anos, é possível notar um aumento na taxa de matrículas dos alunos com necessidades especiais em classes comuns, em contrapartida às matrículas em classes especiais ou escolas exclusivas. De 2007 a 2016, houve um aumento de 35,2 pontos percentuais na proporção de matrículas em classes comuns, atingindo a marca de 82%. Já as matrículas em escolas exclusivas diminuíram em 26 pontos percentuais, sendo de 15,4% em 2016. Por sua vez, a porcentagem de matrículas em classes especiais apresentou a menor taxa, com 2,6% em 2016.

Notamos que o número total de alunos vem aumentando constantemente nos últimos anos, principalmente na rede pública e nas modalidades integrada e subsequente ao Ensino Médio. O indicador possui desagregações para redes e modalidades de integração com o Ensino Regular.

Fazendo um comparativo anual é perceptível o aumento no número de matrículas que em 2007 totalizava 465 matrículas, em 2014 apresentou um salto considerável totalizando 4.366 matrículas em cursos de Educação Profissional de nível médio.

4 CONCLUSÃO

A partir dos dados alcançados durante a realização da pesquisa é possível afirmar que as políticas educacionais brasileiras para a inclusão da pessoa com deficiência, na educação básica, ainda têm muitos desafios a enfrentar. O número de estudantes com necessidades especiais matriculados na educação básica atualmente é considerado muito baixo. E ainda, o percurso histórico das políticas públicas educacionais no Brasil direcionadas para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, intensifica ainda mais os desafios a serem superados pelas Metas estabelecidas, pelos Planos Nacionais de Educação. Temos nesse contexto, indivíduos que foram excluídos do sistema educacional ou encaminhados para escolas e classes especiais.

Desse modo, é preciso lutar pela efetivação dos direitos sociais que foram conquistados pelas pessoas com deficiência, mas que encontram severos obstáculos para se efetivarem em ações plausíveis que de fato, materializem a tão propalada inclusão social dessas pessoas.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 3.298 de 29 de dezembro de 1999. **Regulamenta a lei 7853/89, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida a norma de proteção.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, 2001. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Brasília, 2014. Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

_____. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências.** Disponível em <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC; SEESP, 2001. Disponível em <
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

_____. Ministério da Educação. Lei 10.098 de 20 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm

_____. IBGE. **Censo Demográfico**, 2000. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 10 de jun. 2017.

_____. INEP. **Censo Escolar**, 2006. Disponível em < <http://www.inep.gov.br> > Acesso em 10 de jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. INEP. Micro dados do censo escolar de 2005. Brasília, 2006. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/microdados>

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

_____. **Ação TEC NEP**: humanizando a educação profissional e tecnológica. Brasília: [s.n.], 2010a.

CURY, C.R.J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n. 124, p.11-32, jan/abr.2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0235124.pdf> > Acesso em: 15 jun. 2017.

GARCIA, R. M. C. **A proposta de expansão da educação profissional**: uma questão de integração? [Sl.: s.n], 2001. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/24/T1599409506699.doc>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2012.

MACHADO, M.M. Avaliação da produção das pesquisas sobre o proeja: impactos da implementação do programa. In: MOURA, D. H. (org.) **Produção do Conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação Profissional**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.